

Analistas criticam corte de três dias

Professores em planejamento energético propõem suspensão de horas num dia só

DENISE CHRISPIM MARIN

BRASÍLIA - O especialista em planejamento energético, Luiz Pinguelli Rosa, propôs ontem que o governo alivie a punição aos consumidores que não cumprirem suas metas de redução do uso de eletricidade. Em vez de um corte de três dias, como definido no plano de racionamento anunciado na sexta-feira, o professor de pós-graduação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) defende a suspensão do fornecimento por algumas horas num único dia.

"O corte por três dias é de uma brutalidade absurda, porque vai trazer ainda mais problemas para as famílias", sustentou Pinguelli Rosa, durante audiência pública sobre a crise energética na Comissão de Infra-Estrutura do Senado. "O corte por algumas horas é mais tolerável", completou. A idéia foi levada no final da manhã pelo senador José Alencar (PMDB-MG) à Câmara de Gestão da Crise de Energia (CGCE).

A proposta foi apresentada dentro de um contexto de críticas de três especialistas de universidades à posição assumida pelo governo nessa crise.

Pinguelli Rosa, Maurício Tolmasquim, coordenador de pós-graduação em planejamento energético da UFRJ, e Ildo Sauer, da Universidade de São Paulo, consideraram algumas medidas da sexta-feira como severas demais.

Também insistiram em desfocar o argumento do governo de que a crise resultou da ausência de chuvas. Os três concluíram que a culpa vem da atual política econômica que, nos últimos anos, impediu a ampliação de investimentos das estatais e apostou na injeção de recursos provenientes do setor privado na elevação da oferta de energia.

"A crise não é uma fatalidade, fruto do capricho da natureza", afirmou Tolmasquim. "Não adianta pôr a culpa nas chuvas ou na gestão do sistema energético. Estamos consumindo a energia armazenada para 2002 porque não houve investimentos suficientes", completou.

Sauer estimou que a ameaça de desabastecimento continuará em 2002 e em 2003, "a não ser que haja um pequeno dilúvio". Diante da situação, ele propõe que o governo intervenha nos preços cobrados no Mercado Atacadista de Energia (MAE), que hoje estão em R\$ 459 por MWh, com tendência de elevação. "As cassandras do mercado atacadista vão aproveitar-se da situação. É preciso que o governo intervenha, no contexto de emergência."

Indenizações - O professor da USP sugeriu aos senadores um conjunto de medidas de racionamento, alternativas às que o governo vai adotar a partir de 1.º de junho. Entre elas, Sauer incluiu os desligamentos programados nas indústrias eletrointensivas - como as que beneficiam alumínio, que demandam 10% da eletricidade produzida no País -, com indenização dos prejuízos pelo governo federal. Esses "apagões" individuais poderiam reduzir em 50% o consumo de energia desses segmentos.